

## Da objetividade do economista

© Celso Furtado

É tanto maior a responsabilidade dos homens de pensamento quanto mais intenso é o processo de transformação da sociedade em que vivem. Nessas sociedades, em rápida mudança, é que se torna possível a tomada de consciência dos grandes problemas sociais, abrindo-se para os trabalhadores do pensamento a oportunidade única de cooperar conscientemente no aperfeiçoamento da cultura e de contribuir para o desenvolvimento do homem como ser social. Essa responsabilidade não poderá, entretanto, ser cumprida se as universidades, onde se congregam os homens de pensamento, não estiverem adequadamente aparelhadas e superiormente orientadas. Sem o esforço sistemático e disciplinado dos pesquisadores, sem a dedicação de analistas meticolosos e conscientes das exigências metodológicas, a interpretação dos processos sociais passa a depender demasiadamente dos pendores individuais e da posição social de cada um na estrutura social. Conheço e admiro a tradição desta Faculdade como centro de trabalho intelectual. E aprecio, em seu alto valor, a oportunidade que me conferem os jovens diplomandos de 1959, de ocupar esta tribuna para dizer algo de minha experiência e de minhas preocupações como economista de uma geração já provada.

Ao economista, mais do que a outros estudiosos da sociedade, cabe exigir rigorosa definição de princípios. A objetividade, na ciência econômica, é tanto maior quanto mais explícitos estejam os princípios básicos de convivência social que hajam sido postulados e aceitos pelo economista. A diferença fundamental entre nós e os economistas da geração que nos precedeu está exatamente nisso: não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de juízos de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos, de grandes disparidades de graus de desenvolvimento econômico e integração social — para não falar dos antagonismos que prevalecem com respeito aos ideais da convivência social —, seria totalmente errôneo criar na mente do economista uma equívoca idéia de objetividade, emprestada às ciências físicas.

Para o economista, objetividade consiste exatamente em compreender que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios. Sempre que seja possível chegar a um acordo sobre esse princípio, não será difícil estabelecer os critérios de racionalidade, elaborando-se uma ciência econômica suficientemente eficaz para indicar a interdependência de fenômenos passados e presentes e inferir tendências com respeito ao comportamento futuro de variáveis econômicas relevantes. Nos países altamente desenvolvidos, e que, portanto, alcançaram um elevado grau de integração social, um

relativo acordo sobre alguns princípios básicos pode facilmente ser alcançado. O mesmo, entretanto, não ocorre num país heterogêneo e em rápida transformação, como o Brasil.

Contudo, já constitui grande progresso havermos compreendido as limitações de nossa objetividade. Já não procuraremos lá fora, pré-fabricadas, soluções para nossos problemas, sob a alegação de que alhures existem economistas mais capazes do que aqui. A menos que se demontre que os juízos de valor desses bons economistas correspondam aos princípios de convivência social que postulamos, suas recomendações muito provavelmente serão menos objetivas para nós do que as de nossos economistas, malgrado as limitações destes.

O conflito que alguns economistas brasileiros tiveram com os competentes teóricos do Fundo Monetário Internacional, no corrente ano, ilustra claramente esse problema da objetividade. Os economistas do Fundo Monetário aceitam, como postulado, que nada é mais importante para um sistema econômico que um grau mínimo de estabilidade. Como todo postulado, esse resulta de observações empíricas, observações essas feitas em países de estruturas relativamente homogêneas. Nessas estruturas, o crescimento econômico ocorre com um grau moderado de inflação. Ultrapassado esse grau, os critérios de racionalidade começam a falhar, reduzindo-se o crescimento ou aumentando o seu custo social. Em tais condições, a terapêutica para corrigir a inflação consiste, via de regra, numa redução do gasto público ou do investimento privado.

Ao tentar universalizar essas regras, os economistas do Fundo Monetário cometem erro de sérias conseqüências para os países subdesenvolvidos, erro esse tanto mais grave quanto decorre da aplicação de critérios supostamente científicos.

O centro dessa questão está em que postular a estabilidade é coisa distinta, conforme se trate de estruturas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Postular a estabilidade nos Estados Unidos é postular o pleno emprego da mão-de-obra, ou seja, a utilização plena da capacidade produtiva. Ora, isso vem a ser, em última instância, postular o ritmo de crescimento máximo compatível com os princípios de convivência social aceitos naquele país. Evitar que a pressão inflacionária passe de certo ponto crítico, nos Estados Unidos, significa manter a taxa de crescimento em seu nível mais alto. Por outro lado, evitar qualquer colapso da procura efetiva significa defender um elevado nível de investimento. Assim, bastaria que os Estados Unidos conseguissem manter uma razoável estabilidade em sua economia para que a taxa histórica de seu crescimento aumentasse e possivelmente dobrasse. Podemos, portanto, afirmar que os economistas do Fundo Monetário são plenamente objetivos quando pensam em termos de economia altamente desenvolvida. Objetivos em função dos princípios básicos que regem a vida norte-americana, quais sejam, lograr o máximo bem-estar social dentro do regime de livre iniciativa econômica.

Transplantadas para um país como o nosso, as deduções do Fundo Monetário resultam ser muito menos objetivas. Não sendo possível pensar em termos de pleno emprego da mão-de-obra, a estabilidade passa a ser um problema estritamente de nível de preços. Ora, tidas em conta as flutuações da procura externa e a precária orientação dos investimentos, manter estável o nível de preços, sem outras medidas, pode custar desemprego permanente de parte da capacidade produtiva. Dessa forma, a estabilidade poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação. Transformar a estabilidade de meio em fim é colocar como princípio básico de convivência social a imutabilidade na distribuição da renda. Como isso não foi tornado explícito pelos economistas do Fundo Monetário, temos de concluir pela falta de objetividade dos mesmos ao abordar nossos problemas.

Essa prova de objetividade deveria ser aplicada, por nós economistas, àqueles problemas fundamentais em torno dos quais se divide a opinião dos responsáveis pela política econômica deste país. Seria essa uma contribuição valiosa dos economistas para provocar a

tomada de consciência dos problemas de nosso desenvolvimento social. Tomemos como exemplo a palpitante questão que se traduz na dicotomia entre defensores do capital estrangeiro e nacionalistas ardorosos.

O diálogo entre esses dois grupos tornou-se impraticável, pelo fato de que os princípios implícitos são distintos e nem sempre claramente estabelecidos. Partindo de postulados diversos, cada interlocutor trata de demonstrar o irrealismo da posição contrária. Vejamos o caso dos defensores do capital estrangeiro. Postulam eles que, em um país subdesenvolvido, o fator de produção por excelência escasso é o capital; elevar a taxa de investimento com recursos próprios é extremamente difícil, em face do baixo nível de renda *per capita*. É o círculo infernal da pobreza. Para quebrá-lo é mister recorrer à ajuda externa. Ora, esse raciocínio resulta, em grande parte, da transposição para as economias subdesenvolvidas de observações feitas em sistemas homogêneos e altamente integrados. O princípio aí subjacente é o de que o ritmo de crescimento é uma função conhecida do nível de emprego, pois é o nível de emprego que determina, por um lado, a taxa de investimento e, por outro, a eficiência na aplicação dos investimentos. Em outras palavras, numa economia desenvolvida, ao alcançar-se o pleno emprego da mão-de-obra criam-se as condições para que a taxa de investimento atinja seu *optimum* e para que as expectativas dos empresários alcancem o máximo de objetividade. Em tais condições, interferir no processo de crescimento através de um aumento artificial da taxa de poupança poderá ter como conseqüência uma modificação nas condições da procura e uma baixa de eficiência na aplicação dos novos investimentos. Sendo assim, somente um influxo de capitais externos poderia elevar a taxa de investimento sem baixa na sua eficiência média.

Aplicar esse modelo a uma economia subdesenvolvida constitui, entretanto, grande falta de objetividade. Tivesse um país como o Brasil de depender de um fluxo continuado de capitais externos para desenvolver-se, e suas atuais perspectivas seriam muito pouco alvissareiras. Isso porque a entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país. Se os capitais externos contribuem para aumentar as exportações ou substituem importações, esse fluxo pode não criar problemas de balanço de pagamentos. Na nossa etapa atual de desenvolvimento, entretanto, o investidor estrangeiro típico contribui, em grande parte, para criar novos hábitos de consumo e para estimular a procura do consumidor de alta e média rendas. Contribui, assim, para reduzir a poupança espontânea, ao mesmo tempo que cria um fluxo de renda para o exterior, de conseqüências sérias para o balanço de pagamentos.

Pode-se admitir, em função da experiência histórica, que a capacidade de pagamento externo deste país continuará a crescer menos do que a procura global. Em outras palavras, que o valor real das exportações crescerá menos que o produto real. É essa uma observação válida para praticamente todos os países. Mas não está tudo aí. Se, por um lado, a moeda de curso internacional tende a ser um bem cada vez mais escasso entre nós, por outro sua procura tende a ser cada vez mais intensa, pelo simples fato de que o avanço tecnológico é mais rápido fora do Brasil que dentro de nossas fronteiras. Esse problema não existia na época em que as divisas nos serviam apenas ou principalmente para comprar bens de consumo. Mas entramos numa época em que nossas importações passam a ser basicamente constituídas de equipamentos, e equipamentos portadores dos últimos avanços da tecnologia. Já não importaremos trilhos, vagões ferroviários ou caminhões. E sim aqueles equipamentos que representam a vanguarda do progresso tecnológico. Sendo assim, a contribuição do capital estrangeiro deve ser confrontada com seu custo em termos de redução da capacidade para importar equipamentos durante tempo indefinido no futuro. Esse problema não existe para um país altamente desenvolvido, pelo simples fato de que seu crescimento depende muito menos da importação de equipamentos e tecnologia.

Consideremos agora o problema do lado daqueles que são intransigentemente contra o capital estrangeiro. Postula-se deste lado que a vantagem trazida ao país pelo influxo de capital estrangeiro é totalmente fictícia, pois esse capital aqui chegando liga-se à poupança interna, contribuindo para desnacionalizá-la. Os empréstimos levantados no país pelos grupos estrangeiros, uma vez resgatados, transformam-se em capital estrangeiro, contribuindo para avolumar a saída de recursos do país e para agravar a pressão sobre o balanço de pagamentos. Ora, mesmo que se reconheça uma grande dose de verdade nessas afirmações, não se pode daí deduzir que este país possa desenvolver-se sem contribuição — em alguns casos, ampla contribuição — do capital estrangeiro. O Brasil não é senão uma parcela de uma economia mundial em crescimento. E nessa economia mundial o desenvolvimento da técnica se realiza, de preferência, em alguns países, que são ciosos desse importante patrimônio que detêm. Mesmo que tomássemos plena consciência desse problema e realizássemos, a partir de hoje, um grande esforço para independentizar-nos no plano tecnológico, teríamos ainda que passar muitos decênios como simples caudatários da pesquisa científica e suas aplicações técnicas nos grandes centros mundiais. Ora, queiramos ou não, grande parte da tecnologia moderna ou é praticamente inacessível ou custa elevado preço. Por outro lado, essa tecnologia, em muitos casos, só é eficiente se continua a beneficiar-se do trabalho diuturno dos grandes centros de pesquisa que as elaboraram. Ou exigem, desde o início, pessoal técnico experimentado, de difícil recrutamento. Como desenvolver este país de enormes dimensões sem utilizar, a fundo, os recursos da técnica moderna? E como ter acesso a esses recursos sem pagar o preço que eles custam?

Confrontando os resultados de nossa análise chegamos à conclusão de que, para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro — aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação — necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais. Permitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais em setores de tecnologia menos acessível. Por outro lado, criar condições de hostilidade generalizada aos capitais estrangeiros significará aumentar o preço que sempre teremos de pagar pela contribuição indispensável da técnica alienígena, e, assim, dificultar o desenvolvimento do país.

Consideremos agora outro aspecto do problema. Em uma economia desenvolvida, conforme observamos, a taxa de crescimento que se alcança, em situação de pleno emprego da mão-de-obra, pode ser considerada como ótima. Não seria fácil superá-la sem comprometer o funcionamento normal do sistema, a menos que se beneficie o país de um influxo de capital estrangeiro. Ora, nada mais longe da realidade de um país subdesenvolvido do que essa afirmação. O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos um volume do investimento do que a inadequada orientação deste. É por essa razão que os adeptos do *laissez faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas, o *laissez faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, em clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego permanente para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica. Em um ano bom, de boas colheitas e grandes exportações, o investimento pode dobrar sem que nada de fundamental ocorra. Para romper um sistema desse tipo, necessitamos modificar fundamentalmente a orientação dos investimentos, o que sempre exige uma ação decidida do poder público. Em uma primeira fase, os investimentos são concentrados no setor infra-estrutural, para os quais dificilmente se pode contar com a iniciativa privada; na segunda fase, criam-se os estímulos para que o investimento privado possa reorientar-se.

Uma modificação dessa ordem na estrutura dos investimentos dificilmente poderia realizar-se espontaneamente.

O problema básico dos países subdesenvolvidos é aumentar a eficiência de seus investimentos. Esse problema praticamente não existia nas etapas em que o desenvolvimento se fazia sob a pressão de uma procura externa em expansão. O elemento dinâmico atuava, então, de fora para dentro, sendo que a orientação dos investimentos refletia, por um lado, uma procura externa em expansão e, por outro, a ação de uma procura interna que se diversificava com seu próprio crescimento. Os investimentos de infra-estrutura podiam ser atendidos por grupos privados, interessados no financiamento de um comércio exterior em franco crescimento.

A situação presente é totalmente distinta. Nenhum fator dinâmico atua de fora para dentro. Os investimentos de infra-estrutura não podem ser orientados em função de linhas definidas de exportação. Não somente financiar os investimentos infra-estruturais torna-se tarefa complexa, mas também orientá-los. O governo, a quem cabe reunir os recursos para financiar esses investimentos, ainda não se aparelhou, entretanto, para orientá-los adequadamente. Resulta, daí, forte baixa na eficiência de tais investimentos. E dessa ineficiência dos serviços básicos resultam deseconomias externas para o conjunto do setor privado.

Considero que o passo mais importante a dar no aperfeiçoamento de nossa política econômica consiste em disciplinar, com muito mais rigor, o investimento público. Essa disciplina pressupõe cuidadosa análise das tendências e potencialidades da economia nacional. A ação supletiva do Estado deveria estar presente em todos os setores, se essa disciplina tivesse que ser efetivamente cumprida. A iniciativa privada, exercendo as suas expectativas num campo assim iluminado pelos programas a mais longo prazo dos investimentos infra-estruturais, poderia aumentar amplamente sua eficácia.

Necessitamos realizar um grande esforço para rever aquilo que ensinamos nas universidades sobre a teoria dos investimentos. Em nenhum setor da teoria econômica o preconceito do *laissez faire* nos tem sido tão prejudicial como neste. Aceitamos, de bom grado, que o Estado se encarregue de um terço ou mais dos investimentos, mas não nos preocupa o fato de que o Estado não dispõe de critérios objetivos para orientar esses investimentos.

Tornamos, assim, à questão inicial da objetividade na ciência econômica. Como formular uma teoria objetiva dos investimentos, públicos ou privados, se não aceitamos de antemão alguns princípios relacionados com a ação do Estado na orientação do desenvolvimento social? Esses princípios estão implícitos em nossa política fiscal, monetária e cambial, ou são alterados quando criamos organismos de crédito para financiar, a longo prazo, certos tipos de investimento. O que nos tem faltado é tão somente uma discussão aberta desses princípios, discussão que faça emergir uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional, capaz de aglutinar o esforço construtivo dos homens de pensamento. Dispuséssemos dessas diretrizes e bem mais fácil seria encaminhar os homens de ação para uma tomada de consciência mais lúcida dos problemas que enfrentam tumultuadamente neste país em rápida transformação. Essa matéria, evidentemente, transcende da competência exclusiva dos economistas. A ciência política, a sociologia e outras disciplinas deverão ser igualmente mobilizadas. Os ideais da convivência social, particularmente em uma sociedade com elevada diferenciação de classes, não podem ser subordinados estreitamente aos critérios do desenvolvimento econômico. O objetivo último de todos nós, que trabalhamos nas ciências sociais, é criar condições para o aperfeiçoamento do homem, harmonicamente desenvolvido. Não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande

urgência. Não é possível educar o homem sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro.

A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais e o seu Instituto de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, granjearam em todo o país excepcional prestígio como centros de pesquisas e de trabalho analítico e interpretativo de nosso desenvolvimento econômico. Economistas aqui formados já estão contribuindo em todo o país para elevar o nível de nossos centros de pesquisa e ensino.

A turma que ora conclui o seu curriculum universitário pertence à geração formada sob o signo do desenvolvimento econômico e, em particular, sob o signo da transformação deste estado em uma das zonas mais industrializadas do país. O economista que ora se forma já não terá de lutar, como ocorreu àqueles que saíram das ecolas dez ou quinze anos atrás, com os remanescentes do século XIX, que se insurgiram contra a industrialização, a ação estatal no campo econômico, a independência de pensamento vis-à-vis do que estava consagrado nos velhos textos. Mas nem por isso será menor e menos árdua a luta desses novos economistas. Cabe-lhes consolidar a independência de pensamento e a objetividade na interpretação de nossos problemas. Cabe-lhes elevar ao nível do trabalho científico e à serenidade da atividade universitária aquilo que outros fizeram ao calor das improvisações. A audácia imaginativa de ontem deve ser completada e corrigida pelo trabalho em profundidade de homens cuja formação científica já se beneficiou das clareiras abertas na velha ortodoxia. O caminho a percorrer é longo, mas fascinante. Eu lhes formulo votos de felicidade e lhes auguro uma jornada fecunda.

Discurso de paraninfo proferido por Celso Furtado na colação de grau dos bacharéis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, em 4 de dezembro de 1959. Cf. *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*, de C. Furtado (Recife: Condepe, 1962).

Direitos reservados. Reprodução proibida.